

A REVOLUÇÃO TRAÍDA

Waldir José Rampinelli*

MAXWELL, Kennet. *O império derrotado – revolução e democracia em Portugal*. São Paulo, Companhia das Letras, 2006.

Começou com um golpe de Estado, transformou-se rapidamente em revolução e terminou em um governo democrático-burguês. Foi o que aconteceu em Portugal entre os anos de 1974 e 1976. Revolução de Abril ou dos Cravos é o nome dado a esse evento que derrubou uma ditadura de 48 anos.

O império derrotado: revolução e democracia em Portugal, do historiador Kennet Maxwell, analisa o regime salazarista, o colonialismo português na África, a Revolução de Abril e a consolidação do sistema democrático. Porém, antes disso, o autor, a partir de Afonso Henriques, o fundador da primeira monarquia, faz um resgate da história lusitana conectando-a com a atualidade. Para entender por que Churchill obrigou Salazar a ceder as bases militares dos Açores às Forças Aliadas na Segunda Guerra Mundial é preciso conhecer o Tratado Anglo-Português, firmado em 1386.

Ao citar os grandes navegadores – Vasco da Gama, Bartolomeu Dias, Pedro Álvares Cabral e Fernão de Magalhães –, o autor parte do conceito de *descobrimto*, sem levar em conta o de *conquista*. Inclusive os elogia, como costumavam fazer o poeta Fernando Pessoa e o ditador Oliveira Salazar, utilizando uma frase de Charles R. Boxer: “foram eles que primeiro deram à humanidade a consciência, embora vaga, de sua unidade essencial”.

António de Oliveira Salazar, que afirmava que a Pátria começava no Minho e terminava no Timor, usou todos os caminhos possíveis para manter o império colonial ultramarino. Quando pressentiu que o fim estava próximo, chegou a dizer: “Não quero, repito que não quero morrer neste lugar [referia-se à condição de Presidente dos Conselhos de Ministros, que na realidade corresponderia à função de Primeiro Ministro]. E também não quero viver muito tempo depois de sair, porque não quero ver as desgraças e a confusão em que o mundo vai mergulhar, e o país”.¹

Maxwell não analisa duas estratégias muito importantes dessa ditadura: uma, a teoria do branqueamento da África, defendida na Constituição de 1933; outra, a tese do lusotropicalismo de Gilberto Freyre, difundida nos anos 1950. Ambas suportes ideológicos do *status quo* colonial.

O autor não considera o período salazarista como fascista, definindo-o como *regime autoritário católico*. No entanto, fala da função das milícias, do papel do partido, do trabalho da Igreja e da dominação do Estado, o que, em sua atuação conjunta, nada mais é do que uma realidade fascista. Salazar, quando ainda era ministro das Finanças e dava os primeiros passos na implantação de sua peculiar versão do fascismo, advertiu a um jornalista que “é necessário fazer neste país uma grande revolução na ordem para evitar a que outros fatalmente fariam na desordem”. Verdade que faltava ao salazarismo as características que demarcavam o fascismo das ditaduras clássicas européias, tais como a liderança carismática, o partido único mobilizando as massas, a ideologia expansionista e guerreira, mas isso não lhe tira outras marcas, que podem ser denominadas fascistas. Houve quem chegasse a definir o regime como *um fascismo sem movimento fascista* e não há dúvida sobre sua simpatia pelas ditaduras fascistas européias. Álvaro Cunhal lembra “que Salazar promoveu a divulgação de uma fotografia de sua mesa de trabalho, onde figurava em destaque um retrato de Mussolini. Que Salazar fez inúmeras declarações enaltecendo a Alemanha hitleriana e a Itália de Mussolini. Que Salazar afirmou que talvez o maior erro de Hitler foi ter perdido a guerra. Que, quando da tomada de Berlim pelo Exército Soviético, decretou, pela morte de Hitler, três dias de luto nacional, com bandeira portuguesa a meia haste”.²

Maxwell dedica uma grande parte do livro aos intrincados problemas de descolonização africana – de modo especial de Angola – e a como as guerras coloniais geravam uma dura e persistente crise em Lisboa. E o faz muito bem, pois teve contato com muitos documentos e uma vasta bibliografia. Não bastasse isso, estava em Portugal no calor desses acontecimentos. No entanto, ao analisar muito a África e pouco Portugal, mesmo assim não dá a devida atenção ao papel de Cuba no apoio ao Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). Não cita, por exemplo, a Batalha de Cuito Cuanavale (1987), na qual as tropas cubanas, juntamente com as angolanas, derrotaram as sul-africanas, sendo esse um dos motivos que levaram os racistas de Pretória a negociar, não apenas o fim das intervenções em Angola, como também a independência da Namíbia, abrindo caminho para o término do *apartheid* em seu próprio território. O Acordo Tripartido, assinado na ONU, em 22 de dezembro de 1980, entre as três repúblicas, pôs fim ao conflito no sudoeste africano e instrumentalizou a independência da Namíbia. Uma intervenção internacional desse tamanho, realizada por um Estado latino-americano, não se esquece:

omite-se. Aliás, por falar em Cuba, para o autor, marxismo e democracia são conceitos antagônicos.

Ao tratar da entrada de Portugal na ONU (1955) e dos possíveis problemas com as colônias ultramarinas, Maxwell, como um bom brasileiro que é, deveria pelo menos citar o apoio do governo brasileiro de Juscelino Kubitschek (1956-1961) na manutenção do colonialismo português. Donatello Grieco, representante brasileiro na Quarta Comissão das Nações Unidas, onde se travava o debate referente à descolonização, afirmou taxativamente que “tocar em Portugal era tocar no Brasil”. E endossava a tese de Salazar, de que o país não possuía colônias, mas províncias ultramarinas, recorrendo, inclusive, à história dos dois países ao lembrar que, quando D. João VI se estabelecera no Rio de Janeiro, em 1808, nenhum decreto fora expedido para que se fizesse tal transferência, já que “na lei portuguesa o Brasil era Portugal”, assim como é Portugal qualquer território português na África ou na Ásia.³ O delegado indiano nas Nações Unidas – R. Jaipal –, depois de escutar a defesa do diplomata Donatello Grieco proclamando a missão civilizadora de Portugal no além-mar, disse que “nunca ouvira uma exposição mais fiel ao ponto de vista português do que aquela que acabara de fazer o representante do Brasil”.

Maxwell conclui seu trabalho com dois capítulos de títulos muito sugestivos: “A revolução domada” e “Arrumação da casa”. Na realidade, a revolução foi pactuada, transformando-se de ativa em passiva por atores internos e externos. Dentro de Portugal atuaram os partidos políticos conservadores, sob a liderança do Partido Socialista de Mário Soares, juntamente com a Igreja Católica, as diversas facções burguesas, um segmento das Forças Armadas e uma classe média assustada com as expropriações de terras e as nacionalizações de fábricas. Fora de Portugal, em uma conjuntura internacional de Guerra Fria, embora se vivesse um período de distensão entre Washington e Moscou, foi decisiva a intervenção dos Estados Unidos, da Comunidade Européia, da ditadura franquista e dos organismos financeiros que cortaram seus créditos ao governo português que se proclamava rumo ao socialismo.

Por outro lado, a *arrumação da casa* é o estabelecimento de uma democracia burguesa, com o isolamento de todos os radicais, quando não sua detenção. O autor chama isso de “um sistema de governo totalmente (sic) democrático” (p. 220). A Constituição de 1976, que fora um retrato da Revolução dos Cravos, precisou ser mudada, passando por quatro revisões, nas quais todos os avanços revolucionários foram expurgados, especialmente a estratégia estabelecida pela Assembléia Nacional Constituinte da *transição para o socialismo* como objetivo do Estado democrático.

Portanto, é verdade que a Revolução de Abril foi *domada e arrumada*. Porém, dentro de uma perspectiva conservadora, quando não contra-revolucionária.

Algumas observações pontuais, mas não menos importantes, fazem-se aqui necessárias. Maxwell costuma desenvolver em seus livros *ensaios bibliográficos*, em que comenta os arquivos pesquisados e as principais obras consultadas, emitindo um juízo de valor sobre elas, o que é muito bom.

É preciso, porém, tomar cuidado com alguns clichês, como dizer que Salazar era “um austero celibatário”. Sabe-se hoje que ele era austero, mas celibatário, nem tanto. Na verdade, o ditador vendeu essa imagem aos portugueses com a finalidade de exigir deles austeridade econômica, tendo em vista a rejeição da ditadura a um processo de industrialização do país que, por certo, faria surgir uma classe operária consciente e reivindicativa. Daí sua estratégia de manter “Portugal horta e pomar da Europa”. Além disso, esse “celibatário”, juntamente com outro – o cardeal D. Manuel Gonçalves Cerejeira –, criaram um pacto de dominação cívico-religiosa que alguns historiadores denominaram *regime clerical-fascista* ou *nacional-catolicista*. Ambos usaram muito bem, por exemplo, as *aparições* de Fátima em favor da manutenção do regime, chegando a diplomacia portuguesa a dar visibilidade internacional a esses acontecimentos, principalmente a partir do final dos anos 1930, já que o culto a ela se tornara vantajoso para o regime salazarista. A Senhora da Cova da Iria passara a ser, então, o escudo contra o *perigo vermelho* que rondava Portugal, quer por meio da Guerra Civil Espanhola (em 13 de maio de 1938, uma grande peregrinação celebra a vitória dos franquistas), quer através do segundo conflito mundial (Portugal mantivera-se oficialmente em posição neutral). Passara a ser também a padroeira da Guerra Fria na luta contra uma Rússia atéia; a protetora dos soldados que partiam para a guerra colonial contra a África; e a abençoadora do Estado Novo nacional-católico.⁴

Por fim, Maxwell refere-se várias vezes ao Ato Colonial publicado em 1930, que se torna parte integrante da Constituição de 1933. No entanto, o autor se equivoca ao dar a data de 1932 para essa Carta Magna, que oferecerá suporte jurídico ao Estado Novo Português.

Maxwell, em *O império derrotado: revolução e democracia em Portugal* analisa a história de um país e todas as implicações com suas colônias, partindo de uma perspectiva teórica conservadora. Termina dizendo que “no contexto da revolução portuguesa, foi Kerenski quem sobreviveu, e não Lênin. Foi o socialista moderado Mário Soares quem finalmente tornou-se presidente da República, e o militar radical populista Otelo Saraiva de Carvalho quem foi para a prisão e depois desapareceu na obscuridade política”. Em poucas palavras, segundo Kennet Maxwell, o bem venceu o mal.

Recebido em agosto/2006; aprovado em setembro/2006.

Notas

* Doutor em Ciências Sociais pela PUC-SP, professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).
E-mail: rampinelli@globocom

¹ NOGUEIRA, F. *Um político confessa-se*. 3 ed. Porto, Civilização, 1987, p. 268.

² CUNHAL, Á. *A verdade e a mentira na Revolução de Abril*. Lisboa, Edições Avante, 1999, p. 45.

³ *Diário de Notícias*, Lisboa, pp. 1-2, 3, jan., 1957.

⁴ REIS, B. C. et alii. Fátima e o poder. *Revista de História*. Lisboa, ano XXII, n. 29, pp. 14-46, out., 2000.